CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 51 • Sábado, 26 de Setembro de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

DIVULGAÇÃO



TRUMP E XI EXIBEM CORDIALIDADE EM WASHINGTON, MAS MANTÊM IMPASSES SOBRE COMÉRCIO, TAIWAN E IA

PÁGINA 4

FOTO DIVULGAÇÃO



Operação Brasil contra o Crime Organizado em Pernambuco gera prejuízo de mais de R$ 22 milhões às organizações criminosas PÁG 3



Comparecimento às urnas vale como Prova de Vida automática no INSS PÁG. 2

CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

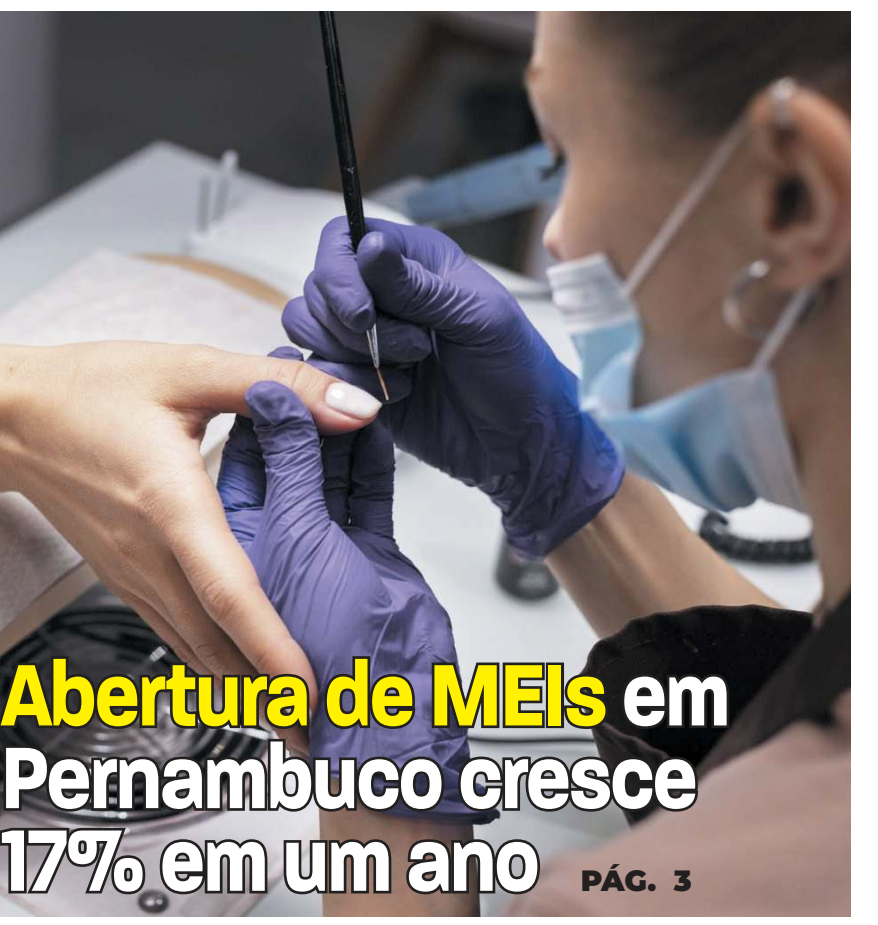
PERNAMBUCO NA RETA FINAL: RAQUEL MANTÉM VANTAGEM NO DATAFOLHA, MAS QUAEST MOSTRA DISPUTA MAIS APERTADA PÁG. 5



ARTIGO

ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

O voto decisivo das mulheres no Brasil e em Pernambuco PÁG. 4



Abertura de MEIs em Pernambuco cresce 17% em um ano PÁG. 3



Arrecadação federal supera R$ 2 trilhões nos oito primeiros meses de 2026 PÁG. 2

Comparecimento às urnas vale como Prova de Vida automática no INSS

DIVULGAÇÃO



O comparecimento eleitoral é válido para a verificação no processo de Prova de Vida no INSS. O procedimento de revisão anual, focado em identificar se o titular do benefício previdenciário ou assistencial continua vivo para garantir a manutenção de pagamentos, abrange atualmente cerca de 40 milhões de beneficiários ativos, entre aposentadorias, pensões e benefícios assistenciais.

"A Prova de Vida pode se dar por meio do comparecimento eleitoral. Então, se você for votar no dia das eleições, você já terá a prova de vida realizada. O INSS recebe esses dados e já computa como prova de vida", explica o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, destacando a praticidade da medida.

A Prova de Vida passou por modificações para reduzir filas, custos e transtornos que o antigo modelo presencial gerava, especialmente para idosos e pessoas com mobilidade reduzida. A partir da Lei nº 13.846/2019, o comparecimento presencial deixou de ser a regra, estabelecendo que o próprio Estado deve buscar, de forma proativa, dados que confirmem a vivacidade do cidadão perante a administração pública. Já a Portaria INSS nº 1.408/2022 estabelece a votação nas eleições como um dos critérios de comprovação de vida.

O exercício do voto no dia do pleito atende a essa diretriz, dispensando o beneficiário que votou de realizar outras formas de comprovação. "Além de simplificar a Prova de Vida a milhões de segurados, a medida também traz segurança ao pagamento de benefícios da Previdência Social", aponta a presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ana Cristina Silveira.

CRUZAMENTO DE DADOS E SISTEMA AUTOMÁTICO

Para os casos em que o cidadão não comparecer ao pleito eleitoral, o INSS continua utilizando o sistema SIRIS, que coleta diversas fontes de dados do governo em busca de outros eventos comprobatórios, como a emissão de documentos, movimentações registradas ou atendimentos realizados. O segurado só é convocado a regularizar a situação quando não é encontrada nenhuma fonte que confirme a sua vivacidade.

NÚMEROS DO CRUZAMENTO ELEITORAL

A base de dados do TSE teve contribuição significativa para a Prova de Vida em 2024. Nesse período, foram registrados eventos eleitorais para 20.957.288 beneficiários, resultando na atualização de aproximadamente 5 milhões de Provas de Vida.

Arrecadação federal supera R$ 2 trilhões nos oito primeiros meses de 2026



A arrecadação federal ultrapassou pela primeira vez em 2026 a marca de R$ 2 trilhões no acumulado dos oito primeiros meses do ano. De janeiro a agosto, o governo federal arrecadou R$ 2,019 trilhões, segundo dados divulgados nesta terça-feira (22) pela Receita Federal. O resultado representa crescimento real de 7,12% em relação ao mesmo período de 2025, já descontada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, o IPCA.

Somente em agosto, a arrecadação chegou a R$ 235,5 bilhões. O valor representa crescimento real de 8,25% na comparação com agosto do ano passado. Desse total, R$ 227,8 bilhões correspondem a receitas administradas diretamente pela Receita Federal, considerando os critérios utilizados pelo órgão para excluir efeitos não recorrentes e alterações na legislação.

Segundo a análise da Receita Federal, o desempenho acumulado nos primeiros oito meses foi influenciado principalmente pelo aumento da arrecadação da contribuição previdenciária e das receitas de PIS e Cofins. De acordo com o órgão, o resultado dessas contribuições está relacionado, entre outros fatores, ao aumento das vendas e da atividade econômica. Também tiveram participação importante no resultado as receitas do Imposto de Renda Retido na Fonte, o IRRF, e do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, o IRPJ, além da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a CSLL. A combinação desses fatores ajudou a elevar a arrecadação federal acima do resultado registrado no mesmo período de 2025.

Outro destaque veio do Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto. Em agosto, essa fonte gerou R$ 1,9 bilhão aos cofres federais. No acumulado de janeiro a agosto, a arrecadação desse imposto chegou a R$ 9,9 bilhões, contribuindo para o resultado dos oito primeiros meses do ano.

O desempenho ocorre na sequência de meses em que a arrecadação federal também apresentou crescimento real. Em junho, por exemplo, a Receita Federal registrou R$ 264,4 bilhões em receitas, alta real de 7,7% sobre o mesmo mês de 2025 e o maior valor para um mês de junho desde o início da série histórica, em 1995. Naquele momento, entre os fatores apontados estavam o crescimento das contribuições previdenciárias, PIS/Cofins, IRRF sobre rendimentos de capital, IRPJ e CSLL, além de efeitos relacionados à tributação sobre o petróleo.

Apesar do crescimento da arrecadação, o número não significa que todo o valor represente aumento de impostos ou criação de novos tributos. O resultado é formado por diferentes fontes de receitas federais e pode ser influenciado tanto pelo desempenho da atividade econômica quanto por mudanças na legislação, recolhimentos extraordinários e fatores específicos de determinados setores.

Com os R$ 2,019 trilhões registrados até agosto, a arrecadação federal mantém trajetória de crescimento real em 2026. O resultado dos próximos meses, especialmente no último trimestre, será importante para determinar o desempenho anual das receitas públicas e sua relação com as metas fiscais estabelecidas para o governo federal.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Operação Brasil contra o Crime Organizado em Pernambuco gera prejuízo de mais de R$ 22 milhões às organizações criminosas



As operações Protetor das Divisas e Protetor das Fronteiras, realizadas pela Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS/PE) entre 11 de maio e 8 de agosto, integraram o programa federal Brasil Contra o Crime Organizado e reforçaram a atuação conjunta das forças de segurança de Pernambuco, dos cinco estados vizinhos e do Governo Federal. Ao longo de 90 dias de atuação operacional, viabilizados com o pagamento das diárias dos agentes realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), as ações resultaram em 531 prisões e apreensões de menores, na apreensão de 131 armas de fogo, 10.907 munições e mais de 70 kg de entorpecentes. As operações também provocaram um prejuízo de mais de R$ 22 milhões às organizações criminosas.

A estratégia teve como foco ampliar a capacidade de repressão nas divisas e nas rotas utilizadas pelas organizações criminosas para a circulação de drogas, armas e munições, combinando ações de inteligência, presença ostensiva, fiscalização e medidas de asfixia financeira. "As forças de segurança do Estado trabalham de forma permanente no enfrentamento às facções. E, na execução da Operação Brasil contra o Crime Organizado, não foi diferente: atuamos com planejamento, ações baseadas em inteligência, integração operacional e presença estratégica das equipes especializadas, o que resultou em prejuízo imposto ao crime no valor de mais de R$ 22 milhões, além de alta produtividade policial do setor da inteligência, da polícia judiciária e da polícia ostensiva", destacou o secretário de Defesa Social, Alessandro Carvalho.

A Operação Protetor das Divisas atuou nos limites de Pernambuco com Bahia, Ceará, Alagoas, Paraíba e Piauí, mobilizando 2.130 agentes de segurança pública. A Polícia Militar de Pernambuco realizou 674 bloqueios, barreiras e blitzes, abordou 7.944 pessoas e 3.028 veículos, além de recuperar 15 veículos com registro de roubo ou furto. Já a Polícia Civil cumpriu 249 mandados de busca e apreensão e 365 mandados de prisão, além de instaurar 47 inquéritos e concluir 12. O setor de Inteligência identificou alvos e mapeou facções, lideranças e rotas criminosas.

Já a Operação Protetor das Fronteiras foi direcionada ao fortalecimento da presença estatal nas rotas interestaduais que cruzam o território pernambucano, incluindo as BRs 232, 116, 316, 101 e 428, além do eixo do Rio São Francisco. A Operação resultou em 136 prisões e apreensões de menores, 27 armas de fogo e nove meios de transporte, além de entorpecentes.

As ações também avançaram sobre as estruturas financeiras das organizações criminosas, com o pedido de bloqueio de valores superiores a R$ 105 milhões vinculados a estruturas criminosas. As duas operações contaram, ainda, com o suporte financeiro da Senasp para o custeio das diárias e com a parceria entre a SDS e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), com o emprego de sistemas de monitoramento eletrônico que abrangem cerca de 1.700 pontos.

Abertura de MEIs em Pernambuco cresce 17% em um ano

Estado registrou 78,2 mil novos microempreendedores individuais no período, enquanto comércio varejista aparece entre as atividades com maior número de empresas ativas



Pernambuco registrou a abertura de 78,2 mil Microempreendedores Individuais (MEIs) entre janeiro e julho de 2026, alta de 17% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo o Mapa de Empresas, do governo federal. Com isso, o estado atinge o número de 401.471 MEIs ativos.

Para Artur da Silva Figueiredo, assessor de Ciclo de Crédito da Central Sicredi Nordeste, o crescimento está relacionado, entre outros fatores, à possibilidade de formalização simplificada oferecida pelo MEI, que permite ao trabalhador obter CNPJ, emitir nota fiscal e acessar serviços financeiros específicos.

"O MEI funciona como uma porta de entrada para a formalização de muitas atividades econômicas. Quando observamos um crescimento dessa magnitude, temos um indicativo de que mais pessoas estão transformando atividades individuais em negócios formalizados. A partir daí, surgem novas necessidades de gestão, organização financeira e planejamento para a continuidade dessas empresas", afirma.

A capital pernambucana concentrou a maior parte dos novos registros. Foram 19.652 MEIs abertos no Recife entre janeiro e julho, o equivalente a cerca de 25% das novas formalizações no estado. Jaboatão dos Guararapes aparece na segunda posição, com 8.667 novos MEIs, enquanto Caruaru registrou 5.392. Juntos, os três municípios responderam por aproximadamente 43% das novas formalizações realizadas em Pernambuco no período.

O número de encerramentos de empresas desse tipo também aumentou, mas em ritmo inferior ao das aberturas. Entre janeiro e julho de 2026, foram extintos 40.749 MEIs em Pernambuco, contra 36.192 no mesmo período de 2025, uma alta de 12,6%. Com isso, o estado acumulou saldo positivo de 37.474 MEIs no período, resultado da diferença entre novos registros e extinções.

"Depois da formalização, o desafio passa a ser transformar o registro em um negócio sustentável. Para isso, o empreendedor precisa acompanhar receitas e despesas, controlar o fluxo de caixa, separar as finanças pessoais das empresariais e planejar o capital necessário para manter a operação. Esses cuidados são especialmente importantes em negócios nos quais o próprio empreendedor concentra grande parte das funções administrativas", explica Artur.

VAREJO TEM PRESENÇA ENTRE EMPRESAS ATIVAS

O comércio varejista é um dos pontos de conexão entre o perfil dos pequenos empreendedores e a atividade econômica observada no estado. Para Artur, a presença expressiva do setor evidencia a importância de uma gestão financeira próxima da operação.

"O pequeno varejista trabalha com uma dinâmica muito ligada ao fluxo diário de vendas, reposição de estoque, pagamento de fornecedores e formação de preços. Ter clareza sobre o fluxo de caixa e sobre a necessidade de capital de giro é fundamental para que o empreendedor consiga manter a operação e aproveitar oportunidades de crescimento", afirma.

No Sicredi, o volume registrado na carteira de crédito para empresas varejistas em Pernambuco chegou a R$ 69,30 milhões em julho de 2026. O resultado representa crescimento de 38,5% em 12 meses. Para Artur, a proximidade com os empreendedores é um dos diferenciais do modelo cooperativo de crédito.

"O papel da cooperativa é compreender a realidade de cada empreendedor e oferecer soluções adequadas ao momento do negócio. Para o MEI e para o pequeno varejista, isso pode envolver desde serviços financeiros e orientação para organização do caixa até soluções de crédito e investimento, sempre considerando a capacidade financeira e os objetivos da empresa. A ideia é construir uma relação de longo prazo que acompanhe a evolução do negócio", afirma.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

O VOTO DECISIVO DAS MULHERES NO BRASIL E EM PERNAMBUCO

Há uma transformação silenciosa, mas profunda, na política brasileira: a crescente centralidade das mulheres nas decisões eleitorais. O voto feminino deixou há muito de ser tratado como um segmento específico da sociedade e passou a ocupar o centro de qualquer reflexão séria sobre os rumos do país e dos estados.

Mais do que uma questão estatística, trata-se de reconhecer uma realidade: as mulheres são maioria entre os eleitores brasileiros e exercem papel decisivo na formação da vontade popular.

Em 2026, o Brasil tem 158.745.463 eleitores aptos a votar. Desse total, 83.877.126 são mulheres, o equivalente a 52,84% do eleitorado nacional. Os homens somam 74.845.001, correspondendo a 47,16%. São mais de nove milhões de mulheres a mais do que homens entre os eleitores brasileiros.

Em Pernambuco, essa presença feminina é ainda mais expressiva. O Estado possui 7.225.744 eleitoras e eleitores aptos a votar. As mulheres são 3.876.071, o equivalente a 53,64% do eleitorado pernambucano. Os homens somam 3.349.351, ou 46,35%. A diferença ultrapassa 526 mil eleitoras.

Esses números ajudam a compreender por que a participação das mulheres ocupa um espaço cada vez maior no debate político. Não se trata apenas de conquistar um segmento eleitoral. Trata-se de dialogar com a maioria do eleitorado.

O voto feminino, entretanto, não é homogêneo. As mulheres não formam um bloco político único. Há diferenças importantes de idade, renda, escolaridade, profissão, religião, localização geográfica, condição familiar e visão de mundo.

Há mulheres que priorizam saúde. Outras colocam educação, segurança, emprego, creches, habitação, transporte ou combate à violência entre suas principais preocupações. Muitas enfrentam simultaneamente vários desses problemas.

Essa diversidade torna equivocada qualquer tentativa de tratar o eleitorado feminino como uma massa uniforme.

O que existe, entretanto, é uma experiência social que muitas vezes coloca as mulheres diante de desafios específicos. A violência doméstica e o feminicídio, a desigualdade de oportunidades, a maternidade, a sobrecarga de responsabilidades familiares, a autonomia econômica e a participação nos espaços de poder são questões que precisam permanecer na agenda pública.

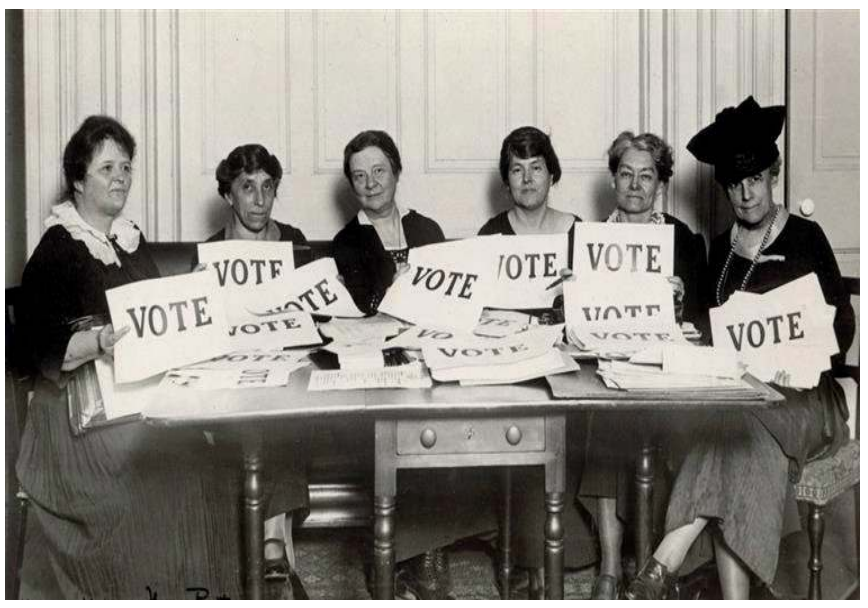
A política que pretende dialogar com as mulheres precisa compreender essa realidade sem paternalismo e sem transformar suas necessidades em simples instrumento eleitoral.

Mulheres são cidadãs e protagonistas da democracia. Possuem capacidade de avaliar governos, comparar propostas, reconhecer contradições e decidir de acordo com suas próprias convicções.

Há, portanto, uma mudança importante na maneira de compreender a participação feminina na política. Não se trata apenas de quantas mulheres votam, mas de quanto suas demandas conseguem influenciar as prioridades do Estado.

Pernambuco tem uma tradição histórica de participação feminina na vida pública, na cultura, na educação, na economia e nos movimentos sociais. Ainda assim, permanece o desafio de ampliar a presença das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Existe uma contradição que merece ser enfrentada pela política brasileira: as mulheres são maioria



entre os eleitores, mas continuam sub-representadas em diversos espaços de poder.

A democracia se fortalece quando diferentes experiências sociais conseguem participar efetivamente da formulação das políticas públicas. E a experiência feminina é indispensável para compreender uma sociedade que ainda convive com desigualdades profundas.

Também é preciso reconhecer que muitas mulheres continuam enfrentando obstáculos para participar da política. A violência política de gênero, os ataques pessoais, a exposição da vida privada e a cobrança desigual sobre mulheres que ocupam ou pretendem ocupar espaços públicos são problemas que não podem ser naturalizados.

Uma democracia madura não pode exigir que as mulheres paguem um preço maior para exercer plenamente sua cidadania.

O voto feminino também carrega uma dimensão familiar. Em muitas casas, a mulher participa diretamente das decisões relacionadas à saúde, à educação dos filhos, às despesas domésticas e ao planejamento financeiro. Isso faz com que sua percepção sobre a realidade tenha reflexos que ultrapassam a esfera individual.

Mas também seria um erro reduzir a mulher ao papel familiar. Ela vota como cidadã, profissional, trabalhadora, empreendedora, estudante, mãe, filha, contribuinte e integrante de uma comunidade.

É justamente essa pluralidade que torna o voto feminino tão relevante.

Em uma democracia, nenhum eleitorado deveria ser tratado como propriedade de determinado grupo político. O voto é livre e pertence exclusivamente ao cidadão. Por isso, mais importante do que tentar descobrir para onde caminhará o voto das mulheres é compreender quais questões estão sendo colocadas por elas na agenda pública.

A política brasileira terá de ouvir mais e prometer menos. Terá de apresentar soluções concretas para problemas que fazem parte do cotidiano. Terá de compreender que políticas públicas voltadas às mulheres não são políticas de nicho, mas políticas que repercutem sobre toda a sociedade.

Quando uma mulher consegue atendimento adequado de saúde, quando encontra segurança para circular pelas ruas, quando tem acesso à educação, quando consegue trabalhar e cuidar dos filhos, quando recebe proteção diante da violência e quando pode participar das decisões públicas em condições de igualdade, toda a sociedade se beneficia.

Por isso, o voto das mulheres será cada vez mais importante não apenas pelo seu peso eleitoral, mas pela capacidade de colocar no centro do debate questões que durante muito tempo foram tratadas como secundárias.

O Brasil e Pernambuco precisam compreender essa mudança.

O futuro da democracia brasileira também passa pela capacidade de ouvir as mulheres, respeitar sua autonomia e reconhecer sua diversidade.

O voto feminino conquistou seu espaço depois de uma longa trajetória de luta pela cidadania política. No Brasil, o direito de voto das mulheres foi reconhecido pelo Código Eleitoral de 1932, marco fundamental na ampliação da participação política feminina.

Quase um século depois, a realidade é muito diferente. As mulheres não são mais uma parcela marginal do eleitorado. São maioria.

No Brasil, são mais de 83 milhões. Em Pernambuco, quase 3,9 milhões.

Esses números não significam que exista um comportamento eleitoral uniforme. Significam que qualquer reflexão sobre o futuro político do país precisa levar em consideração a voz, as experiências e as prioridades de mais da metade do eleitorado.

No fim, não existe um único voto feminino. Existem milhões de mulheres, cada uma com sua história, suas prioridades, suas convicções e sua própria escolha.

E é justamente essa liberdade que faz do voto feminino uma das forças mais importantes da democracia.

Trump e Xi exibem cordialidade em Washington, mas mantêm impasses sobre comércio, Taiwan e IA

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o presidente da China, Xi Jinping, encerraram em Washington uma cúpula marcada por uma elaborada programação oficial, troca de elogios e gestos de aproximação, mas sem grandes avanços públicos nas principais questões que dividem as duas maiores economias do mundo.

A visita de Estado de Xi aos Estados Unidos, a primeira em mais de uma década, foi cuidadosamente preparada pela Casa Branca. Trump recebeu pessoalmente o líder chinês na Base Conjunta Andrews, em Maryland, em uma iniciativa incomum para um presidente americano. A programação incluiu cerimônia oficial, demonstrações militares, reuniões na Casa Branca e um jantar de Estado com a presença de autoridades, empresários e executivos do setor de tecnologia.

O sobrevoo militar realizado durante a recepção chamou atenção. Trump fez uma expressão de incômodo quando as aeronaves passaram sobre a cerimônia, enquanto Xi permaneceu aparentemente impassível. A Casa Branca havia anunciado que a recepção militar incluiria um B-2 Spirit e quatro caças F-22 Raptor.

O tom adotado pelos dois presidentes durante a programação foi consideravelmente mais cordial do que o histórico recente da relação entre Washington e Pequim. Durante o jantar na Casa Branca, Xi defendeu a cooperação entre os dois países e apresentou a relação entre os povos americano e chinês como uma oportunidade de avanço conjunto.

Trump também adotou uma linguagem conciliatória. O presidente americano afirmou que os dois países possuem sistemas políticos diferentes, mas destacou a importância dos vínculos entre suas populações e classificou sua relação pessoal com Xi como positiva.

A demonstração pública de proximidade, no entanto, não eliminou as divergências estratégicas. No comércio, os dois governos concordaram em prolongar por mais dois meses a trégua que vinha evitando uma nova escalada tarifária. A extensão dá continuidade às negociações, mas deixa em aberto questões como tarifas, compras chinesas de produtos americanos, fornecimento de terras raras e restrições à exportação de tecnologias avançadas.

As terras raras continuam sendo um dos principais instrumentos de pressão econômica da China. Os minerais e, principalmente, os ímãs produzidos a partir deles são fundamentais para setores como indústria automobilística, defesa, eletrônicos e tecnologia. Antes da cúpula, dados do comércio chinês indicavam redução nas remessas de ímãs de terras raras para os Estados Unidos, aumentando a preocupação de Washington com a segurança das cadeias de abastecimento.

A inteligência artificial também ocupou espaço central nas conversas. Estados Unidos e China disputam a liderança no desenvolvimento de sistemas avançados de IA, ao mesmo tempo em que enfrentam preocupações comuns relacionadas à segurança, ataques cibernéticos, uso militar da tecnologia, infraestrutura crítica e perda de controle sobre sistemas cada vez mais autônomos.

As negociações prévias à cúpula chegaram a discutir a criação de mecanismos de comunicação para lidar com incidentes envolvendo inteligência artificial. O entendimento, porém, ficou distante de um grande acordo internacional sobre regulamentação ou limites para o desenvolvimento da tecnologia. A desconfiança estratégica entre os dois países continua sendo um dos principais obstáculos para uma cooperação mais ampla.



Taiwan permaneceu como outro ponto sensível. Pequim considera a ilha parte de seu território e há anos pressiona Washington a abandonar o fornecimento de armas a Taipei. O governo americano, por sua vez, manteve a política de ambiguidade estratégica, evitando assumir publicamente um compromisso sobre como reagiria diante de um eventual conflito.

A questão ganhou peso porque os Estados Unidos vinham avaliando uma nova venda de armamentos para Taiwan. Para Pequim, o tema permanece entre os principais pontos de disputa da relação bilateral. Analistas também apontam que a estabilidade no estreito de Taiwan continua dependente de um delicado equilíbrio entre a pressão militar chinesa, o apoio americano à ilha e a atuação de outros países da região.

Outro assunto que atravessou as negociações foi a guerra com o Irã. Washington tem pressionado Pequim em razão das relações econômicas chinesas com Teerã, enquanto a China mantém vínculos comerciais e diplomáticos com o governo iraniano. A expectativa de que Xi pudesse exercer algum papel para reduzir as tensões também entrou no cálculo diplomático americano, embora não tenha produzido um acordo público entre os dois governos.

A própria composição do jantar de Estado reforçou a dimensão tecnológica da relação. Executivos de empresas como Amazon, Google, OpenAI e Tesla estavam entre os convidados, evidenciando que a disputa entre Washington e Pequim ultrapassa as tarifas e alcança setores estratégicos como inteligência artificial, semicondutores, veículos elétricos e infraestrutura tecnológica.

A cobertura jornalística da visita também foi cercada por tensão. Dias antes da chegada de Xi, a administração Trump havia restringido o acesso de jornalistas de veículos como CNN, Politico e MS NOW à Casa Branca. As empresas recorreram à Justiça, alegando que as medidas violavam as garantias constitucionais de liberdade de imprensa. Trump justificou as restrições acusando os veículos de divulgar informações que considerava falsas ou desfavoráveis ao governo.

O resultado da cúpula, portanto, foi mais de administração das divergências do que de solução dos conflitos. A extensão temporária da trégua comercial reduz o risco imediato de uma nova escalada econômica, enquanto o diálogo sobre inteligência artificial abre espaço para negociações futuras. Taiwan, terras raras, tecnologia, comércio e Irã, entretanto, continuam como temas capazes de provocar novas tensões entre Washington e Pequim.

A imagem construída durante a visita foi de aproximação entre Trump e Xi. Por trás da cerimônia, porém, permanece uma relação marcada pela competição econômica, tecnológica e geopolítica. O encontro serviu para manter abertas as linhas de negociação, mas os principais conflitos entre Estados Unidos e China continuam sem uma solução definitiva.

CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

PERNAMBUCO NA RETA FINAL: RAQUEL MANTÉM VANTAGEM NO DATAFOLHA, MAS QUAEST MOSTRA DISPUTA MAIS APERTADA

A reta final da eleição em Pernambuco apresenta uma contradição que merece ser observada com atenção. O Datafolha divulgado em 24 de setembro mostra Raquel Lyra com 48% e João Campos com 44% na disputa pelo Governo do Estado, enquanto a Quaest, divulgada um dia antes, apontou 41% para Raquel e 39% para João. Os dois levantamentos, apesar de apresentarem distâncias diferentes, convergem em um ponto: a eleição está efetivamente concentrada nos dois principais candidatos e a diferença está dentro ou próxima da margem de erro.

A diferença entre as duas pesquisas também ajuda a compreender o momento da campanha. No Datafolha, realizado entre 22 e 24 de setembro, Raquel cresceu cinco pontos em relação à pesquisa anterior, passando de 43% para 48%? Não: a comparação correta é com o levantamento Datafolha anterior, quando tinha 47%. Portanto, o movimento foi de 47% para 48%, enquanto João passou de 42% para 44%. Já na Quaest, entre os levantamentos de 8 e 23 de setembro, Raquel caiu de 43% para 41%, enquanto João avançou de 37% para 39%. São fotografias diferentes, com campos diferentes e margens de erro distintas, mas a tendência comum é a redução da distância entre os dois candidatos na Quaest e uma manutenção de Raquel à frente no Datafolha.

Isso impede conclusões precipitadas sobre uma eventual virada. O que os dados permitem dizer é que João Campos reduziu a distância na Quaest, enquanto Raquel preservou uma vantagem numérica no Datafolha. A eleição permanece aberta dentro da margem de erro.

A QUESTÃO DA LAQUEADURA ENTROU DIRETAMENTE NA PESQUISA

O episódio envolvendo a fala de Raquel Lyra sobre a realização de uma laqueadura sem o consentimento da paciente ganhou importância porque ocorreu justamente no intervalo entre as pesquisas.

O vídeo, gravado em 2025 e que voltou a circular em setembro, provocou forte repercussão. A governadora reconheceu o erro e pediu desculpas. O episódio passou a ser explorado pela oposição e também foi levado para os debates eleitorais.

A pesquisa Quaest acrescentou um elemento novo à discussão. Entre as mulheres, João Campos passou de 39% para 43%, enquanto Raquel caiu de 38% para 34%. A diferença entre os dois, que anteriormente era de apenas um ponto, passou para nove pontos entre as eleitoras.

É um dado que merece atenção, mas precisa ser tratado com cautela. A pesquisa não permite afirmar que a queda de Raquel entre as mulheres foi causada exclusivamente pela polêmica da laqueadura. O episódio ocorreu no período entre os levantamentos e existe uma coincidência temporal, mas outros acontecimentos da campanha também podem ter influenciado o comportamento desse segmento.

Politicamente, porém, a mudança é relevante porque as mulheres representam uma parcela decisiva do eleitorado e porque a questão atingiu diretamente um tema relacionado a direitos reprodutivos e autonomia feminina.

A reação de Raquel também mudou de tom. Depois de reconhecer o erro, a governadora passou a destacar ações de sua gestão voltadas às mulheres, como medidas contra a violência obstétrica, canais de denúncia e investimentos na saúde feminina.

O que a campanha agora tenta descobrir é se o episódio ficará restrito ao ambiente político e às redes sociais ou se terá capacidade de alterar definitivamente a percepção de uma parcela do eleitorado.

REJEIÇÃO MOSTRA UMA ELEIÇÃO AINDA COM ESPAÇO PARA MUDANÇA

No Datafolha mais recente, João Campos e Raquel Lyra aparecem exatamente com o mesmo índice de rejeição: 31%. Ou seja, praticamente um terço do eleitorado afirma que não votaria de jeito nenhum em nenhum dos dois.

Na Quaest, entretanto, a rejeição é maior: 38% para João Campos e 34% para Raquel. A diferença é de quatro pontos.

A divergência entre os institutos é natural porque as perguntas, metodologia e período de campo são diferentes. O que interessa politicamente é a constatação de que os dois candidatos possuem rejeição relevante, mas nenhum deles apresenta uma rejeição tão elevada a ponto de bloquear a disputa.

Esse dado pode ganhar importância em eventual segundo turno. Em uma eleição polarizada entre dois nomes, a capacidade de conquistar eleitores que não têm preferência forte por nenhum dos candidatos pode ser tão importante quanto manter a própria base.

A aprovação de Raquel continua sendo o principal sustentáculo de sua candidatura

Mesmo com a redução registrada pela Quaest, a avaliação do governo continua positiva.

Na Quaest, 61% aprovam a administração de Raquel Lyra e 27% desaprovam. No Datafolha, realizado alguns dias depois, a aprovação chegou a 65%, enquanto 31% desaprovam.

Na avaliação qualitativa, o Datafolha mostra 50% classificando o governo como ótimo ou bom, 30% como regular e 19% como ruim ou péssimo.

Esse é um ponto fundamental para entender por que Raquel continua competitiva mesmo diante de uma campanha cada vez mais dura.

A governadora possui uma avaliação administrativa superior à sua intenção de voto. Isso significa que existe um eleitor que aprova sua administração, mas que ainda não necessariamente transformou essa avaliação em uma decisão eleitoral definitiva.

Ao mesmo tempo, o desgaste entre as mulheres mostra que aprovação de governo e voto não são variáveis idênticas. Um eleitor pode avaliar positivamente uma administração e, ainda assim, mudar sua intenção de voto diante de um episódio político específico.

JOÃO CAMPOS CRESCEU, MAS AINDA PRECISA TRANSFORMAR CRESCIMENTO EM VANTAGEM

A trajetória recente de João é um dos principais movimentos da Quaest.

Entre 8 e 23 de setembro, ele passou de 37% para 39%, enquanto Raquel caiu de 43% para 41%. A distância, portanto, diminuiu de seis para dois pontos.

No segundo turno da mesma pesquisa, Raquel aparece com 43% e João com 41%. Ou seja, também há empate técnico.

No Datafolha, porém, Raquel aparece com 51% contra 45% de João em um eventual segundo turno.

A diferença entre os dois institutos é justamente o que recomenda cautela.

Não há, neste momento, uma evidência uniforme de que João tenha ultrapassado Raquel. O que existe é uma redução da distância em uma das principais séries de pesquisa, enquanto a outra mostra Raquel ampliando numericamente sua vantagem.

A campanha de João, portanto, chega à reta final com um movimento de crescimento a ser confirmado pelos próximos levantamentos.

SENADO CONTINUA SENDO A DISPUTA MAIS ABERTA

Se o Governo está concentrado em dois nomes, o Senado apresenta outra realidade.

O Datafolha de 24 de setembro mostra:

Marília Arraes: 19%
Humberto Costa: 17%
Mendonça Filho: 13%
Eduardo da Fonte: 10%
Túlio Gadêlha: 6%

Como são duas vagas, cada eleitor pode escolher dois candidatos. Marília e Humberto estão em empate técnico, enquanto Mendonça permanece próximo da liderança considerando a margem de erro de três pontos.

O dado mais importante talvez esteja fora do topo da tabela: 19% afirmam votar branco ou nulo e 10% continuam indecisos. Na pesquisa espontânea, sem apresentação dos nomes, 58% não sabem em quem votar.

A Quaest divulgada em 23 de setembro encontrou um cenário ainda mais fragmentado: Marília com 18%, Humberto com 14%, Mendonça com 10%, Eduardo da Fonte com 8% e Túlio Gadêlha com 4%. São 21% de indecisos e 21% de branco, nulo ou que não pretendem votar.

Portanto, a eleição para o Senado tem uma característica que a diferencia completamente da disputa pelo Governo: existe um eleitorado muito grande ainda disponível.

A questão da rejeição dos candidatos ao Senado também deve ser interpretada com cuidado. Diferentemente do Governo, onde os institutos medem diretamente a rejeição dos principais candidatos, os levantamentos mais recentes não oferecem, nas publicações consultadas, uma tabela completa e comparável de rejeição individual de todos os candidatos ao Senado. Por isso, não é adequado inventar ou atribuir percentuais não publicados.

AS CHAPAS TAMBÉM AJUDAM A EXPLICAR O SENADO

Existe ainda uma dimensão política importante.

Marília Arraes e Humberto Costa estão associados à chapa de João Campos. Eduardo da Fonte e Túlio Gadêlha aparecem ligados à chapa de Raquel Lyra, enquanto Mendonça Filho disputa em posição própria e representa o campo bolsonarista na eleição pernambucana.

Mas os números mostram que a transferência de votos não é automática.

Os candidatos ao Senado possuem marcas políticas próprias e disputam uma eleição em que o eleitor pode fazer combinações diferentes.

Isso significa que o resultado das duas vagas pode não reproduzir exatamente a votação do Governo.

Governo federal: Lula melhora um pouco, mas segue com saldo negativo

No plano nacional, a fotografia também mudou nos últimos dias.

O Datafolha de 24 de setembro mostra que 40% consideram o governo Lula ruim ou péssimo, enquanto 34% o avaliam como ótimo ou bom. Na pesquisa anterior, a avaliação negativa era de 42%, mantendo-se a positiva em 34%.

Na avaliação pessoal do presidente, 47% aprovam seu trabalho e 50% desaprovam. Portanto, houve uma pequena melhora na avaliação da administração, mas Lula continua com saldo negativo na avaliação pessoal.

A Quaest, realizada entre 17 e 20 de setembro, encontrou 44% de aprovação e 50% de desaprovação do governo federal.

Aqui aparece uma diferença importante entre os institutos, mas ambos apontam para a mesma direção geral: o governo Lula não tem uma avaliação majoritariamente positiva neste momento.

PRESIDÊNCIA: LULA E FLÁVIO CONTINUAM PRESOS AO EMPATE

A última Datafolha mostra Lula com 40% no primeiro turno contra 36% de Flávio Bolsonaro. No segundo turno, Lula tem 47% e Flávio 45%, dentro da margem de erro de dois pontos.

Na Quaest anterior, Lula tinha 37% contra 33% de Flávio no primeiro turno e Flávio aparecia com 42% contra 41% de Lula no segundo.

A REJEIÇÃO É TALVEZ O DADO MAIS REVELADOR.

No Datafolha, 45% dizem que não votariam de jeito nenhum em Lula e exatamente 45% rejeitam Flávio Bolsonaro.

Na Quaest, a rejeição é ainda maior: 55% para Lula e 56% para Flávio.

A diferença entre os institutos é expressiva, mas a leitura política é semelhante: os dois principais candidatos possuem bases eleitorais fortes e rejeições muito elevadas.

Isso ajuda a explicar por que a desaprovação do governo Lula não se converte automaticamente em vantagem ampla para Flávio Bolsonaro. Da mesma maneira, a liderança de Lula no primeiro turno do Datafolha não elimina a competitividade do adversário no segundo turno.

PERNAMBUCO CONTINUA SENDO DIFERENTE DO BRASIL

É justamente aqui que aparece uma das principais características da eleição pernambucana.

No plano nacional, a disputa está organizada em torno de Lula e Flávio, com rejeições muito elevadas.

No Governo de Pernambuco, Raquel e João apresentam rejeições significativamente menores no Datafolha, ambas em 31%, enquanto a aprovação da administração estadual está em 65%.

E no Senado existe uma fragmentação que não reproduz diretamente nem o Governo nem a Presidência.

ISSO REFORÇA A POSSIBILIDADE DE VOTO CRUZADO.

O eleitor pode votar em Lula para presidente, João ou Raquel para governador e escolher dois nomes diferentes para o Senado. Também pode votar em Flávio para presidente e Raquel para governadora.

A própria história recente das pesquisas pernambucanas já mostrou que a identificação presidencial não determina automaticamente a escolha estadual. A Quaest havia encontrado Raquel com desempenho relevante entre independentes, bolsonaristas e segmentos que não se identificam diretamente com o campo político de João.

O QUE AS PESQUISAS REVELAM NESTE MOMENTO

A principal conclusão das últimas rodadas de Quaest e Datafolha é que Pernambuco não apresenta uma eleição única, mas três disputas diferentes acontecendo simultaneamente.

No Governo, Raquel mantém vantagem numérica no Datafolha, enquanto a Quaest mostra uma aproximação forte de João. A aprovação da governadora permanece elevada, mas a polêmica da laqueadura introduziu um elemento novo, especialmente entre as mulheres, segmento no qual João cresceu na última Quaest.

No Senado, a disputa continua aberta. Marília e Humberto aparecem à frente, mas Mendonça e Eduardo permanecem próximos, enquanto o volume de eleitores sem decisão é alto.

Na Presidência, Lula e Flávio continuam em uma disputa apertada, com Lula numericamente à frente no primeiro turno nas duas pesquisas recentes, mas com empate técnico no segundo turno. A rejeição dos dois continua sendo um dos principais elementos do cenário.

E há um aspecto que merece atenção especial nos próximos levantamentos: a capacidade de João de manter o crescimento entre as mulheres e, principalmente, se esse movimento se consolida ou foi apenas uma oscilação de pesquisa em um momento de forte repercussão da polêmica da laqueadura.

A reta final, portanto, chega com uma eleição ainda aberta no Governo, muito aberta no Senado e altamente polarizada na Presidência. Os números não apontam, até aqui, uma ruptura definitiva do cenário, mas mostram movimentos suficientes para impedir qualquer acomodação das campanhas.